



TERMOS DO CONTRATO DE ADESÃO AOS SERVIÇOS ONLINE

Os termos de adesão definem o compromisso que o Município de Coimbra e o Requerente estabelecem para a utilização dos Serviços Online autenticados.

A utilização desta plataforma de serviços online, implica a aceitação e aplicação das Condições Gerais de utilização abaixo enumeradas.

Para efeitos destes termos de adesão, entende-se por:

- **Utilizador:** Cidadão ou Pessoa Coletiva aderente a estas condições gerais de acesso aos Serviços Online do Município de Coimbra.
- **Nome de Utilizador:** Número de identificação fiscal (NIF/NIPC) de Cidadão ou de Pessoa Coletiva aderente.
- **Palavra-chave:** Consiste no código composto com um comprimento mínimo de 9 caracteres (letras e/ou números), que identifica o utilizador conjuntamente com o número de identificação fiscal/número de identificação de pessoa coletiva, permitindo o acesso à área reservada dos Serviços Online do Município de Coimbra.
- **Acesso direto aos Serviços Online:** Efetuado diretamente pelo utilizador através do endereço web do portal.

I. Objeto:

O utilizador pode, mediante a utilização dos Serviços Online do Município de Coimbra:

- Aceder a diversos Serviços Online disponibilizados pelo Município através do seu Portal Web;
- Aceder à informação respeitante à documentação trocada com o Município;
- Atualizar os seus dados pessoais.

II. Acesso Direto aos Serviços Online:

Utilizador registado com autenticação segura:

- A autenticação segura poderá ser efetuada:
 - Através da utilização dos meios previstos no artigo 4.º da Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, na sua redação atual, ou,
 - Pelo uso do nome de utilizador e palavra-chave, acompanhado da prévia assinatura, autógrafa ou digital, dos Termos do Contrato de Adesão aos Serviços Online, consubstanciando a sua adesão e autenticação segura.





Os atos praticados pelo utilizador nos Serviços Online do Município presumem-se ser da sua autoria.

III. Utilização da Palavra-Chave:

- Para efeitos de registo nos Serviços Online, o utilizador deve definir uma “Palavra-Chave” que deverá ser rigorosamente confidencial e de uso pessoal.
- O utilizador assume as responsabilidades pela segurança, bom uso e salvaguarda do carácter secreto da palavra-chave, sendo que no caso de ser utilizado por terceiros, presume-se que tal foi consentido pelo utilizador.
- O utilizador, caso detete ou suspeite que alguém conhece a sua palavra-chave, deverá proceder à sua substituição nos Serviços Online.
- Caso constate ou suspeite de qualquer outra ocorrência anómala deve contactar imediatamente os serviços do Município, participando a situação, e dando instruções para cancelamento, bloqueio ou anulação imediata deste código secreto. Até ao recebimento destas instruções, o Município de Coimbra não se responsabiliza pelas consequências das consultas, e pelas transações efetuadas, que o utilizador venha a mencionar terem sido feitas sem a sua autorização.

IV. Proteção de Dados Pessoais:

- Os dados pessoais solicitados no momento do registo do utilizador nos Serviços Online, são, quando assinalados com (*), de fornecimento obrigatório, sendo que em caso de falta ou insuficiência desses dados, o Município não poderá disponibilizar o acesso pretendido.
- Os dados pessoais recolhidos no momento do registo do utilizador nos Serviços Online são exclusivamente necessários para:
 - Criação de entidade do utilizador no sistema integrado de gestão municipal;
 - Garantir o acesso à plataforma de serviços online e de gestão de atendimento pelo Município;
 - Possibilitar a consulta de informação e submissão/apresentação de pretensões administrativas ou de prestação de serviços na plataforma de serviços online e de gestão de atendimento.
- Os dados pessoais disponibilizados pelo utilizador, no momento de registo nos Serviços Online, poderão, mediante prévio consentimento, ser utilizados para outras finalidades de tratamento.
- O Município de Coimbra assume que os dados recolhidos foram inseridos pelo utilizador e que a sua inserção foi autorizada pelo mesmo, considerando-os verdadeiros e exatos.



- O utilizador será responsável por manter atualizados os dados de identificação e de contacto, podendo para o efeito aceder, consultar e alterar esses dados através dos Serviços Online do Município de Coimbra.
- Ao utilizador (titular dos dados pessoais) é garantido o direito de acesso, de retificação, de apagamento, de portabilidade, de ser informado em caso de violação da segurança dos dados e de limitação e oposição ao tratamento dos dados pessoais recolhidos.
- O utilizador (titular dos dados pessoais) tem ainda direito a apresentar reclamação à autoridade de controlo nacional (Comissão Nacional de Proteção de Dados).
- O Município de Coimbra poderá relacionar-se com terceiros para a resolução de pretensões administrativas e para a prestação de determinados serviços, o que implica o acesso, por estas entidades, aos dados pessoais do utilizador.
- Pode também existir a comunicação dos dados pessoais a terceiros desde que:
 - Obtido de forma inequívoca o consentimento do utilizador;
 - Realizada no cumprimento de uma obrigação legal, de uma deliberação da autoridade de controlo nacional (Comissão Nacional de Proteção de Dados) ou de uma ordem judicial;
 - Seja para proteção de interesses vitais do utilizador ou outra finalidade legítima prevista na lei. Nestes casos, o utilizador deverá ser informado da identidade dos destinatários e da finalidade do tratamento dos dados transmitidos.

V. Aviso de Privacidade:

1. Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado.
2. O tratamento dos dados referidos no ponto 1 por parte do Município de Coimbra respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base nas seguintes condições:
 - **Responsável pelo tratamento** – Câmara Municipal de Coimbra – Praça 8 de Maio 3000-300 Coimbra;
 - **Responsável pela proteção de dados** – Encarregado da proteção de dados do Município de Coimbra (DPO) – Câmara Municipal de Coimbra, Praça 8 de Maio 3000-300 Coimbra dpo@cm-coimbra.pt;
 - **Finalidade do tratamento** - Cumprimento de uma obrigação jurídica (CPA, Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público;



- **Destinatário(s) dos dados** - Serviço municipal com competência para analisar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor;
 - **Conservação dos dados pessoais** - Prazo definido na legislação aplicável ao pedido;
 - **Direitos dos titulares dos dados pessoais** – Ao requerente (titular dos dados pessoais) é garantido o direito de acesso, de retificação, de apagamento, de portabilidade, de ser informado em caso de violação da segurança dos dados e de limitação e oposição ao tratamento dos dados pessoais recolhidos. O titular tem ainda o direito a apresentar reclamação à autoridade de controlo nacional (Comissão Nacional de Proteção de Dados).
3. Para mais informações sobre a Política de Privacidade do Município consulte o website da Câmara Municipal de Coimbra (www.cm-coimbra.pt) em <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/politica-de-privacidade> ou envie um e-mail para dpo@cm-coimbra.pt.
4. Os documentos apresentados no âmbito do presente pedido são documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pelo regime de acesso à informação administrativa e ambiental e reutilização dos documentos administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).

VI. Suspensão ou Cessação:

- O compromisso estabelecido entre as partes aquando da aceitação dos termos cessa quando:
 - O utilizador solicite o cancelamento do seu registo, através de carta registada com aviso de receção/email/fax, com dez dias úteis de antecedência;
 - O Município de Coimbra, a qualquer momento e mediante prévia comunicação escrita, entender inibir o acesso por considerar que este viola as condições estabelecidas, ou nos casos em que a sua conduta de utilização possa ser danosa.
- Em qualquer dos casos garante-se que os processos efetivamente iniciados por esta via (serviços online) ficam registados e terão a sua continuidade, podendo ser consultados pelos interessados nos termos legais e normativos em vigor.

VII. Alteração aos Termos:

- O Município reserva-se ao direito de alterar, unilateralmente, os presentes termos, informando o utilizador através de anúncios em notas informativas publicadas no seu portal, e/ou através do envio de mensagens por correio eletrónico.
- O utilizador, quando não aceite as alterações efetuadas aos presentes termos, pode, no prazo de 10 dias, a contar da sua publicação, pedir o cancelamento do registo nos Serviços Online.